



Tribunal de Contas do Distrito Federal
CONSULTORIA JURÍDICA

Processo nº 00600-00012951/2024-39-e
Referências: Minuta de Edital (peça 10), Projeto Básico / Termo de Referência (peça 08); Despacho Estimativa nº 07/2025 – SELIC (peça 11); Reserva Orçamentária nº 30/2025-SEORC (peça 13) e Despacho nº 0303/2025-Segedam (peça 14).
Ementa: Autorização para a realização de procedimento licitatório sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** – **Participação Exclusiva de ME's/EPP's – Lei Distrital nº 4.611/2011** - visando à contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de material de consumo (material de expediente), a ser utilizado nas atividades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), no segundo semestre de 2025. **Consultoria Jurídica** opina pela viabilidade jurídica do procedimento pretendido.
Objeto: Minuta de edital (peça 10).

N O T A Nº 046/2025-CJP

Versam os autos do processo em epígrafe sobre os procedimentos visando à contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de material de consumo (material de expediente), a ser utilizado nas atividades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), no segundo semestre do exercício de 2025, conforme o Termo de Referência nº 1, acostado à peça de 8.

A aquisição atual faz parte do calendário de compras estabelecido pela Portaria nº 381/1997, conforme alterada pela Portaria nº 300/201.

A presente licitação é destinada à participação exclusiva das entidades preferenciais, assim consideradas as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos exatos termos do que



Tribunal de Contas do Distrito Federal
CONSULTORIA JURÍDICA

dispõem o artigo 3^o da Lei Complementar Federal nº 123/2006, em conformidade com o que preceitua o artigo 2^o da Lei Distrital nº 4.611/2011.

O valor estimado para esta contratação é de **R\$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais)**, considerando o custo obtido a partir do levantamento realizado pelo Serviço de Material – Semat e pela Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC, conforme peça 7.

A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças informa que o saldo orçamentário atual é suficiente para atender à despesa com a referida contratação, consoante Reserva Orçamentária nº 30/2025-SEORC (peça 13).

Por meio da Estimativa nº 07/2025 (peça 11), o SELIC assevera que, do exame efetuado, não foi detectada ocorrência merecedora de atenção, apresentando as seguintes informações:

Item	Descrição	S/N/NA (*)	Observação
1	O PB/TR foi assinado pelo responsável por sua elaboração?	S	Assinatura Eletrônica
2	Consta a justificativa/motivação da necessidade da contratação?	S	Item 2
3	Consta a especificação do objeto a ser contratado?	S	Anexo II
4	Consta a estimativa do valor para contratação do objeto com base em preços praticados no mercado (propostas de preços de fornecedores e/ou resultados de licitações no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública) (art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021)?	S	Peça nº 7

(*) S = sim; N= não; e NA = não se aplica.

¹ **Lei Complementar nº 123/2006:** Art. 3 Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016)

² **Lei Distrital nº 4.611/2011:** Art. 2º Em consonância com o disposto na legislação federal, para os fins desta Lei consideram-se:

I – entidades preferenciais: microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos exatos termos do que dispõem o art. 3º da Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas atualizações; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Lei 4692 de 12/12/2011)



Tribunal de Contas do Distrito Federal
CONSULTORIA JURÍDICA

Os autos foram encaminhados a esta Consultoria Jurídica, por meio do Despacho nº 0303/2025-Segedam (peça 14), para manifestação a respeito da matéria, no tocante à licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, conforme minuta de Edital acostada à peça 10.

Vale destacar que são partes integrantes do Edital ora analisado: o Anexo I (Termo de Referência nº 1/2025), Anexo II (Especificações Técnicas e Estimativa de Preços), Anexo III (Modelo da Proposta de Preços) e Anexo IV (Modelo de Laudo de Verificação de Conformidade da Amostra).

Feito o relatório, passa-se à análise da matéria.

Inicialmente, cumpre destacar que a presente análise se cinge aos aspectos jurídicos, excluídos, portanto, os de natureza técnica. Assim, presume-se que as especificações técnicas, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pela unidade competente, com base nos critérios técnicos objetivos visando à concretude do interesse público.

Saliente-se, ainda, que as sugestões relacionadas à legalidade não possuem caráter vinculativo e objetivam a segurança da autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar tais ponderações.

Outrossim, o objeto pretendido para a contratação se enquadra na modalidade Pregão, especialmente, pelos artigos que seguem:

Lei nº 14.133/2021

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de licitação;

III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;



Tribunal de Contas do Distrito Federal
CONSULTORIA JURÍDICA

IV - de julgamento;

V - de habilitação;

VI - recursal;

VII - de homologação.

§ 1º A fase referida no inciso V do caput deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do caput deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação.

§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

§ 3º Desde que previsto no edital, na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

§ 4º Nos procedimentos realizados por meio eletrônico, a Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.

§ 5º Na hipótese excepcional de licitação sob a forma presencial a que refere o § 2º deste artigo, a sessão pública de apresentação de propostas deverá ser gravada em áudio e vídeo, e a gravação será juntada aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento.

§ 6º A Administração poderá exigir certificação por organização independente acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) como condição para aceitação de:

I - estudos, anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos;

II - conclusão de fases ou de objetos de contratos;

III - material e corpo técnico apresentados por empresa para fins de habilitação.

Art. 29. *A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser*



Tribunal de Contas do Distrito Federal
CONSULTORIA JURÍDICA

objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Decreto nº 44.330/2023

Art. 114. *O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.*

§ 1º O pregão segue o rito procedimental comum a que se refere o art. 17, da Lei nº 14.133, de 2021, e é adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

§ 2º É obrigatória a utilização da forma eletrônica nas licitações da modalidade pregão.

§ 3º Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma presencial nas licitações da modalidade pregão, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a Administração na realização da forma eletrônica, devendo-se observar o disposto nos §§ 2º e 5º, do art. 17, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 4º O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços comuns de engenharia que tenham por objeto ações objetivamente padronizáveis para manutenção, adequação e adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais desses bens, conforme definido na alínea “a”, do inciso, XXI, do caput, do art. 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 115. *O critério de julgamento por menor preço ou maior desconto é obrigatório na modalidade pregão e considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.*

§ 1º Os custos indiretos, relacionados às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, de acordo com o § 1º do art. 34 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação ou tabela de preços praticada no mercado, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
CONSULTORIA JURÍDICA

Com efeito, de acordo com o Termo de Referência (peça 10), a necessidade da contratação se dá pelas seguintes razões:

“2.1.1. Reposição do estoque de material de consumo, conforme Portaria nº 381 de 21/11/1997, alterada pela Portaria nº 300 de 21/11/2012.”

Ainda nessa linha, justificam-se as razões de direito e de fato conforme seguem abaixo:

2.2.1. Razões de direito:

2.2.1.1. Conforme o art. 57, incisos II, V e VII, do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução TCDF nº 273/2014, cabe à Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio (SELIP), por intermédio do Serviço de Material e Patrimônio (SEMAP):

2.2.1.1.1. Elaborar os pedidos de materiais de consumo em estrita observância ao calendário de compras vigente;

2.2.1.1.2. Organizar e armazenar os materiais de consumo, exercendo o controle físico, contábil e financeiro sobre recebimentos, fornecimentos e estoques; e

2.2.1.1.3. Acompanhar as curvas de consumo dos materiais sob sua guarda, estabelecendo níveis de estoque mínimo, máximo e ponto de reposição, com vistas a propor as aquisições necessárias, levando-se em conta o consumo registrado no período e o tempo médio de aquisição, entre outros fatores.

2.2.1.2. A Portaria TCDF nº 381, de 1997, com redação dada pela Portaria TCDF nº 300, de 2012, estabelece, em seu anexo, o calendário de compras a ser seguido no âmbito do TCDF.

2.2.1.3. Além disso, conforme estabelecido no art. 77, inciso X, do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução TCDF nº 273/2014, é da competência dos ocupantes de cargos de natureza especial, de cargos em comissão e de funções de confiança de direção, chefia e supervisão, as atribuições inerentes ao papel gerencial e de caráter geral as seguintes atividades como explicitar a necessidade, a motivação, os resultados a serem alcançados, a especificação técnica, as quantidades e o orçamento de contratação de bens e serviços pertinentes a sua área de atuação.

2.2.1.4. Destaca-se que essa aquisição está prevista no Plano Anual de Contratações vigente.

2.2.2. Razões de fato



Tribunal de Contas do Distrito Federal
CONSULTORIA JURÍDICA

2.2.2.1. A presente aquisição de material de expediente visa atender ao calendário de compras do TCDF, sendo necessária, nesta oportunidade, a reposição dos estoques de material de expediente, para o desenvolvimento das atividades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

Do exame realizado, tem-se que os atos preparatórios da presente licitação estão em conformidade com os termos da Lei nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, da Lei Complementar nº 123/06, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, da Lei Distrital nº 4.611/2011 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023, que Regulamenta a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

No que tange ao valor da contratação, sabe-se que a Administração Pública deve assegurar que a justificativa de preço reflita a realidade de mercado. Assim, não cabe ao órgão de assessoramento jurídico adentrar o mérito do valor da contratação (princípio da segregação das funções), vez que a correspondente aferição deve ser aprovada pela área administrativa competente e ratificada pelo responsável.

Nessa seara, verifica-se a sintonia da aludida despesa com os ditames impostos pelo Plano Plurianual, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei Orçamentária Anual, tal como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101/2000, em seu artigo 16, inciso II³.

O procedimento, na atual fase, atende à devida fundamentação para a contratação, considerando que a minuta de Edital acostada à peça 10 reúne os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie.

³ Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101/2000:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
CONSULTORIA JURÍDICA

Destarte, restrita aos aspectos jurídico-formais, esta Consultoria Jurídica manifesta-se pela viabilidade jurídica do procedimento licitatório pretendido, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica.

Encaminhem-se os autos à SEGEDAM para as providências de sua alçada.

Brasília (DF), 26 de fevereiro de 2025.

Amanda P. Caetano
Consultora Jurídica em Exercício